

# REVISTA INTERLEGERE ENTREVISTA: PROFESSORA DALCY CRUZ<sup>1</sup>

Por Simone Cabral Marinho dos Santos<sup>2</sup>



Foto 1: Profa. Dalcly Cruz. Créditos: Revista Inter-Legere, 2010.

**Dalcly da Silva Cruz** é professora da UFRN e integra os Grupos de Pesquisa: Cultura, Política e Educação; o de Estudos da Complexidade (GRECOM) e do (In) finito & Diversidade. Tem experiência na área de Sociologia, especialmente em Sociologia Rural, atuando nos seguintes temas: educação, memória, questão agrária e pensamento social com estudos sobre o pensador brasileiro Caio Prado Júnior. Tem Pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Nova de Lisboa (2003); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2001); Mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1982); Especialização em Planejamento Educacional pela Universidade Federal de Pernambuco (1973), e Graduação em Sociologia e Política pela Fundação José Augusto (1969) e em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (1959). É também apreciadora de cinema, de teatro, de literatura brasileira, de dança e de música. Sua formação intelectual e atuação acadêmica alicerçam-se na capacidade e valores presentes nas formas de manifestação cultural que transcendem o tempo e o espaço.

---

<sup>1</sup> Entrevista realizada em 2010 para a Revista Inter-legere.

<sup>2</sup> Simone Cabral Marinho dos Santos, Professora da UERN e Doutoranda em Ciências pelo PGCS/UFRN.

**Revista *Inter-legere*: Formação e experiência profissional confundem-se com nossas histórias de vida. Os registros e a memória contribuem para que possamos reconstruir nossa identidade de forma reflexiva e mediadora da nossa própria vivência. Considerando que “recordar a própria vida é fundamental para o nosso sentimento de identidade”, como afirmou Thompson (1998), começamos então, falando sobre sua inserção nas discussões sobre o meio rural.**

**Professora Dalcy Cruz:** Sempre fui muito curiosa e romântica, apesar de ter vivido na área urbana. Na minha infância morei em alguns lugares do interior: Mossoró, Assú, Angicos e em um vilarejo, Rosário (hoje Ipanguassú), tendo mais tarde voltado a residir em Natal. Todos são cidades do Rio Grande do Norte/Brasil. Sempre gostei do campo, do verde, dos rios, dos animais, dos passarinhos etc. Talvez já fosse uma intuição de que o homem também é natureza. Consciência despertada em mim anos depois quando comecei a estudar Marx.

Hoje, mais do que antes, estou mais convencida disto quando descubro nas leituras do pensamento complexo que o “indivíduo é 100% natureza e 100% cultura”. Em 1960, terminava o meu bacharelado em Geografia em João Pessoa - PB, na Universidade Federal da Paraíba, quando fui alertada por uma amiga que havia uma entidade que trabalhava com o homem do campo e estava selecionando técnicos. Fiquei entusiasmada. Primeiro, porque sairia de casa; era meu sonho conhecer o mundo, viajar. E esse trabalho daria essa possibilidade. Depois, iria trabalhar com as famílias rurais. As viagens pelo mundo foram uma constante em minha vida. No ano anterior eu já havia procurado o escritório da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), em João Pessoa. Na entrevista com a Supervisora que se chamava Edite, fui aconselhada a terminar o bacharelado, visto as atividades da Extensão Rural serem desenvolvidas em pequenas cidades do interior dos Estados brasileiros. Somente em 1960, fui convocada para participar de um treinamento. Uma vez selecionada, deixei tudo para trás: casa, faculdade, oito anos de professora concursada da rede municipal de ensino na Cidade de João Pessoa. Na Faculdade de Filosofia teria que fazer ainda o curso de Didática em Geografia, o que só o faria em 1965, já em Natal, onde estava

trabalhando no escritório Central da ANCAR. Dessa convocação fui para Recife onde passei três meses em treinamento na Cidade do Cabo onde se localizava o Antigo Centro de Treinamento, chamado de CETREINO, que, posteriormente passou a funcionar em um prédio novo na cidade de Recife, perto da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Viagens, hospedagem, tudo patrocinado pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL (ABCAR), sediada no Rio de Janeiro. A Extensão Rural, coordenada pela ABCAR, tinha o objetivo de divulgar e transferir as novas tecnologias então desenvolvidas para atender à expansão capitalista na sua fase monopolista quando a agricultura já estava articulada à indústria, como afirma Marx em “O Capital”, tornando-se um ramo desta.

Fui então para o CENTREINO sem conhecer ninguém, sem saber se ia ser aproveitada após o treinamento, conhecendo muito pouco o Recife, mas enfrentei. Foi um verdadeiro “mundo novo” para mim. A participação foi total, apesar da timidez. As amizades, as paqueras, tudo era novidade. A exigência quanto à ética, à moral e à responsabilidade, era muito grande. Mas tudo me encantava.

Quando voltei após três meses fiquei em casa aguardando a convocação que não vinha. Três meses depois fui chamada para vir trabalhar no Rio Grande no Norte. A outra possibilidade era a Bahia. O que me frustrou muito foi não ter ido pra lá. Aqui cheguei em 1960 para trabalhar na Colônia do Pium, em Natal, formada por brasileiros agricultores e japoneses da migração oficial, programa promovido pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Nesse cenário, entrei em contato com uma categoria profissional desconhecida para mim: o engenheiro agrônomo. Sujeito essencialmente técnico e certo de que era o dono da verdade. Dessa experiência de um ano em Pium, fui para Macaíba onde passei três meses. De lá fui transferida para São Tomé onde fiquei 04 anos, período em que me valeu como um curso sobre a agricultura, estrutura agrária, classes sociais no campo, também técnicas agrícolas como espaçamento correto, cultura associada, rotação de cultura, limpa, roçado, cultura de subsistência, gado bovino, suíno, ovino e como cuidar desses animais, entrando aí, as forrageiras, feno (preparado) para as épocas da seca e outras pastagens. A minha experiência com trabalhos com grupos de mulheres, agricultores e seus filhos, tudo isso me fez mais interessada pelo

conhecimento da agricultura brasileira e suas implicações no processo de desenvolvimento do Brasil, afora os vários “treinamentos em serviços” como eram então chamados. Fui duas vezes ao Espírito Santo participar de Cursos de Treinamento cujos objetos eram melhorar cada vez mais a competência das equipes para um melhor desenvolvimento do trabalho junto às “famílias rurais, para difusão de melhores práticas agropecuárias e domésticas, principalmente entre os pequenos e médios produtores” (ABCAR: Informativo nº 53. 1961, p. 01). Em geral, os treinamentos eram ministrados por brasileiros, técnicos da ABCAR, mas também por técnicos do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), da Organização dos Estados Americanos (OEA), com a colaboração do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC).

Em 1963, fui fazer um curso sobre lideranças rurais na Argentina, 45 dias. Foram como Bolsista da OEA com professores do IICA e alguns norte-americanos. O curso e o contato com latinos americanos me proporcionaram um olhar muito salutar às outras experiências. Esse período de trabalho na Extensão Rural, foi para mim, um grande aprendizado que durou nove anos e seis meses, quando fui dispensada pela empresa, em 1969. A rescisão do meu contrato se deu porque comecei a ver com mais clareza que estava trabalhando para o capital norte-americano. Era um trabalho que colaborava com a expansão capitalista e não a favor do trabalhador. Comecei então a me tornar muito crítica. Aí, começou outro ciclo da minha vida profissional. Quando deixei a Extensão Rural já cursava a Faculdade de Sociologia e Política em Natal, mas continuei interessada pelos problemas do campo, do mundo rural.

Em Natal, onde fiquei cinco anos no escritório central, sempre procurei me articular com lugares e entidades que trabalhassem no meio rural. Nos anos 70, do Século XX, já bacharel em Sociologia e Política, comecei a ensinar na Faculdade, na cadeira de Sociologia do Desenvolvimento, discussão de ponta naquele momento. Trabalhei com Celso Furtado, Yves Lacoste, Costa Pinto, Ignacy Sachs, André Gund Frank e outros, até 1976, quando o governo militar fechou todas as Escolas de Sociologia e Política existentes no país. Fiz também uma seleção para o Movimento de Educação de Base (MEB), ligado a Igreja Católica. No mesmo ano fui convidada para fazer parte da equipe de Assessores Educacionais na Federação dos Trabalhadores Rurais do RN (FETARN). De modo que, os meus contatos com o trabalhador rural e

as questões do campo continuaram se consolidando ainda mais. Agora com outra visão, me centrei mais no problema da terra. Passei então a estudar teoricamente a questão fundiária, mais propriamente a Reforma Agrária e o Sindicalismo Rural.

Em 1977, ainda na FETARN e já na UFRN, sai para fazer o mestrado em Campina Grande (ainda Universidade Federal da Paraíba), em Sociologia Rural. Meu projeto de dissertação centralizou-se na questão da Reforma Agrária e a visão do sindicalismo sobre ela. Minhas questões teóricas divergiam da visão do sindicalismo sobre o tema. A minha percepção era e ainda é, de que a questão da terra no Brasil já havia sido resolvida pelo Capital desde a forma de colonização implementada pelos portugueses, começando com a grande propriedade. Essa situação foi consolidada em 1850 com a Lei de Terras que oficializava o caráter de propriedade privada da propriedade fundiária no Brasil. Aliás, o problema da propriedade da terra vem desde a transição feudalismo/capitalismo. As Sesmarias, as Capitâneas Hereditárias, portanto, a distribuição da terra no Brasil agravou-se em 1850 com a promulgação da Lei de Terras que passou a regular a posse privada desse instrumento de trabalho, através da compra e venda. A terra tornou-se, então, uma mercadoria. A partir daí foi consolidado esse caráter que permanece até os dias atuais. Várias Constituições e leis menores acompanharam esse processo que veio se consolidando até hoje. A Lei de Terras de 1850 que impedia o acesso à propriedade fundiária a quem não tinha condições de comprá-la, fez com que as grandes extensões territoriais fossem se fortalecendo e se concentrando cada vez mais.

Em fins dos anos 50, do século passado, com o aceleração do processo de modernização da agricultura, o assalariamento aumentou no meio rural intensificando ainda mais o êxodo rural; levando a sociedade a se mobilizar, através dos intelectuais, partidos políticos, Igreja Católica, sindicatos, em prol da Reforma Agrária. Apesar de toda mobilização e da legislação existente, a terra passou a se concentrar, mais e mais. Desde então, as lutas foram travadas com o objetivo de libertação da terra com movimentos messiânicos e banditismo, ocorridos no Século XIX; as Ligas Camponesas. O Movimento Sindical Rural e o Movimento Sem Terra, no Século XX. Com a promulgação em 1964, do Estatuto da Terra, que em parte fortaleceu a

propriedade capitalista da terra, a Reforma Agrária não se concretizou. Nos anos 80, do Século XX, a discussão sobre o tema surgiu com muita força devido à divulgação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), por um grupo de intelectuais ligados oficialmente ao Governo e corroborado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que apresentou sua proposta no IV Congresso de Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília-DF, em 1985. A reação foi imediata por parte da burguesia, agora organizada na União Democrática Ruralista (UDR), cujo presidente era o Dr. Ronaldo Caiado, hoje Deputado Federal, certamente da bancada ruralista que age no Congresso Nacional. Com essa reação o Governo Sarney recuou e o projeto original foi reformulado. Na verdade, hoje, não há um projeto de Reforma Agrária, mas, há um projeto de assentamentos. E assentamento não é Reforma Agrária.

**Revista *Inter-legere*: A sua produção bibliográfica tem focado questões macro na discussão sobre o meio rural, como é o caso da sua abordagem sobre a terra, enquanto propriedade, no contexto do capitalismo, cujo domínio resulta em formas de relações econômicas e sociais excludentes. Sendo assim, por que as questões de cunho mais micro e/ou específico não aparecem em suas análises sobre o meio rural?**

**Professora Dalcy Cruz:** Na verdade, a centralidade das minhas preocupações continua sendo o todo. Não posso entender a sociedade, a realidade, mesmo que o pesquisador necessite fazer recortes dela para viabilizar seus estudos sem olhar o todo. Todavia, recorro a Blaise Pascal, filósofo francês para dizer que não se pode entender o todo sem as partes, mas, também não se pode entender as partes sem o todo. Ambos não formam uma soma, mas estão interligados. Além disso, talvez seja um viés da minha formação teórica fundamentada no marxismo. Durante meu mestrado tive oportunidade de dialogar com professores e autores marxistas, cuja visão do real partia do global para o específico, embora este estivesse contemplado com o retorno ao geral.

Em 1988, publiquei um trabalho sobre “Agricultura Brasileira: Terra, Capital e Políticas Governamentais” onde faço essa discussão: o papel da terra

no capitalismo. Parto do pressuposto de que a terra é o meio essencial de produção determinado pelas relações de produção o que vai determinar, igualmente, as formas de trabalho. Parece que é o que ocorreu no Período Colonial. Então, digo que a história da moderna propriedade da terra se confunde com a própria história do capital. “Na medida em que foi se concretizando a ruptura entre trabalhadores diretos e condições objetivas de trabalho, surgia a moderna propriedade da terra”. O que ocorreu na transição feudalismo-capitalismo. O capital foi subordinado às velhas formas de propriedades, transformando-as em propriedade burguesa que é o que temos até hoje. No Brasil, começamos nossa história já nesse cenário. Produzindo valores de troca, isto é, mercadoria desde as Sesmarias até o trabalho escravo que também era uma mercadoria.

Diante disso, os problemas rurais, na minha visão são compreendidos a partir do desenvolvimento do capitalismo, sobretudo hoje, com a globalização, que já não comporta mais a separação campo/cidade. Desde sempre e, principalmente, a partir dos anos 50, do Século XX, a modernização da agricultura já era uma realidade concreta, cujas relações com a indústria, a tornava um ramo desta, conforme a teoria marxista. As agroindústrias em franco desenvolvimento desde os anos 1950 são exemplos disto. Eu me arriscaria a dizer, desde a produção açucareira a partir da Colônia, é bem a prova dessa articulação: agricultura/indústria com a produção canavieira.

Hoje, esse cenário se materializa no agronegócio. Nesse trajeto a estrutura fundiária apresentou, como até hoje, o processo de concentração/desconcentração da propriedade da terra, própria da lógica do desenvolvimento capitalista. Nesse aspecto, reitero o que Marx considerou sobre a modernização da agricultura: é quando esta se transforma em um ramo da indústria, momento que caracteriza a fase de modernização da produção em geral e do avanço das forças produtivas. Embora a centralidade seja uma análise, partindo do geral para o particular, este se apresenta com mais evidência no momento da desconcentração da terra com o avanço da pequena produção, hoje como política de governo com a produção da agricultura familiar em programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que abarca também o produtor assentado. Aliás, a pequena produção ou agricultura de subsistência nunca teve um papel

relevante na economia brasileira. Desde a Colônia, ela teve uma função subsidiária conforme o meu grande afeto cognitivo, Caio Prado Júnior. Só no momento do capitalismo monopolista, anos 40, 50, 60, do Século XX, a pequena produção emergiu no cenário econômico e hoje, o PRONAF está em alta.

**Revista *Inter-legere*: Atualmente, percebemos uma forte centralização dos debates que envolvem o meio rural na perspectiva que o coloca como um *continuum* urbano, vez que o campo se urbanizou em decorrência da industrialização da agricultura. Como resultado tem-se o “Novo rural” Brasileiro. Como, então, a Senhora entende essa abordagem?**

**Professora Dalcy Cruz:** Acredito que na minha resposta anterior já respondi a essa questão: a articulação agricultura/indústria que coloca a primeira como um ramo da segunda. Portanto, a integração rural/urbano, advém do processo de modernização da agricultura, como falei anteriormente, quando a agricultura se torna um ramo da indústria, conseqüentemente, se expressa nesse *continuum*, que se fortaleceu por via do processo de urbanização acelerada, agora, o Novo Rural Brasileiro é resultado desse processo, naturalmente.

**Revista *Inter-legere*: O debate atual “Por uma Educação do Campo” concebe a educação como uma relação e uma prática social realizada a partir dos interesses dos sujeitos do campo, resultante de reivindicações de organizações e movimentos sociais que lutam por uma educação de qualidade social para todos os sujeitos que vivem no e do campo. Mas em se tratando, especificamente, do período em que a Senhora discutia as questões relacionadas ao meio rural, como era tratada a temática da educação?**

**Professora Dalcy Cruz:** Na verdade, a educação no Brasil desde os tempos da Colônia nunca foi prioridade. Houve sempre uma educação dual. A classe dominante recebia uma educação que preparava indivíduos para continuar em Coimbra. A classe dominada recebia uma educação de Segunda Classe. A educação oferecida pelos jesuítas, na verdade, servia para manter os padrões

de dominação portuguesa. Com a transferência da Corte em 1808, para o Brasil, para alguns pensadores isto marca o surgimento de um embrião de uma educação mais orgânica. Embora a divisão quanto às classes continuasse presente. Ensino primário, escolas normais, vão surgir posteriormente. Já no Século XX a temática da instrução pública que foi debatida desde o Império, com o início da Industrialização e conseqüente urbanização, a preocupação se tornou mais urgente devido aos novos tempos, as transformações e o grande contingente de analfabetos que se tornava um empecilho ao desenvolvimento. O meio rural, apesar de ser considerado a base da economia, não era incluído nessa preocupação. Nos anos 1930 com as propostas de reformas para a educação e o surgimento do “Manifesto dos Pioneiros” vai sugerir uma nova concepção de educação como a já conhecida Escola Nova. Entra nesse debate, além dos partidos oficiais, a Igreja Católica, o Partido Comunista Brasileiro e alguns órgãos da Imprensa. A preocupação era com uma educação que se constituísse em um instrumento para construir um Estado Nacional.

O tema do analfabetismo sempre esteve presente nos debates, aliás, desde o Século XIX embora sem grandes projetos para eliminá-lo. No entanto, nos anos 40, do Século XX, começaram a surgir algumas preocupações com o ensino no campo como por exemplo a Campanha Educacional Rural e Educação pelo Rádio. No final dos anos 50 e início dos anos 60, do Século XX, a preocupação cresce, sobretudo pela mobilização da Sociedade com o Surgimento de vários Centros de Cultura Popular, da União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento de Educação de Base (MEB), com vistas ao meio rural, o método Paulo Freire, os projetos de Educação Popular como a que tivemos aqui em Natal com Djalma Maranhão. A Rádio Educação deu um grande impulso no ensino no meio rural. Mas, a meu ver, ficou tudo inacabado. Em Natal, o Serviço de Assistência Rural (SAR) e a Emissora de Educação Rural prestaram um grande serviço ao Estado. Mas, como o problema era a alfabetização simplesmente não teve muita continuidade apesar do MOBREAL, da Fundação Educar e de outros espaços pelo Brasil afora. A discussão atual “Por uma educação do campo”, considero um projeto de grande relevância. No período em que trabalhei com a questão agrária, a educação no campo foi muito pouco debatida. Só tenho conhecimento de um texto que no final dos anos 70 e início dos anos 80, do Século passado, quando participava de um

grupo denominado de Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura (PIPSA), em que se discutiam problemas relativos ao campo brasileiro, em um dos encontros um nosso colega paulista da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), apresentou um documento para discussão sobre “Educação do Campo”, mostrando que, tratava-se de um projeto do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi um dos únicos textos, do meu conhecimento, que tratava de educação para o meio rural com objetivos pontuais do ponto de vista político. Embora, considere relevante se discutir educação para o campo, minha concepção em termos de formação educacional, seja no campo, na aldeia, na cidade, ou em qualquer lugar, é de uma educação totalizadora, sem fragmentação, porém aberta; que prepare o indivíduo para a vida, para a solidariedade, para a compreensão da condição humana.

**Revista *Inter-legere*: Por último, como a Senhora avalia o tratamento que as Ciências Sociais tem dado aos estudos sobre o meio rural?**

**Professora Dalcy Cruz:** Penso que tem tratado como faz com outras temáticas ou áreas do conhecimento: de forma fragmentada e estanque. Desligado do todo. Está cuidando apenas das partes e não do todo. É uma temática que diz respeito não só as Ciências Sociais, mas ao Sujeito, à Sociedade, ao Planeta. A minha preocupação não é somente como é tratado o meio rural nessa ou naquela área do conhecimento, mas, se liga à fragmentação do Saber, da compartimentação do ensino, da formação do Sujeito que é tanto natureza como cultura. A minha preocupação agora não é somente com o meio rural ou urbano, cultura ou natureza. É com esse objeto tão complexo que é o Planeta-Terra hoje: um todo e nele o indivíduo que é parte inerente a ele como pontifica o nosso grande físico brasileiro Marcelo Gleiser.

